

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO ESCOLAR E RESULTADOS DO IDEB: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
SOBRADINHO-RS**

Keli Buligon

Sobradinho, RS, Brasil

2015

Keli Buligon

**GESTÃO ESCOLAR E RESULTADOS DO IDEB: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
SOBRADINHO-RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Elizabete Londero Mousquer

Sobradinho, RS, Brasil

2015

Keli Buligon

**GESTÃO ESCOLAR E RESULTADOS DO IDEB: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
SOBRADINHO-RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Aprovado em 27 de novembro de 2015:

Maria Elizabete Londero Mousquer, Dr^a.(UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Claúdio Emelson Guimarains Dutra, Ms. (UFSM)

Micheli Daiani Hennicka, Ms. (UFSM)

Sobradinho, RS

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que iluminou minha trajetória, possibilitando-me paciência, saúde, autoestima, força de vontade, inteligência, aptidão para exercer todos os trabalhos exigidos no Curso com competência de completá-los com aprovação.

Agradeço aos professores, tutores à distância, tutores presenciais, e toda equipe de atendimento do polo de Sobradinho que não mediram esforços para me auxiliar em momentos de dúvidas e incertezas.

A minha Professora Orientadora Dr^a Maria Elizabete Londero Mousquer que gentilmente me auxiliou com grande competência e excelência na produção desta monografia.

A minha família que me auxiliou e compreendeu os momentos em que me ausentava para executar as tarefas do curso e pela motivação que me deram em momentos de cansaço, desânimo e aflição.

Também agradeço ao gestor da escola e demais colaboradores que participaram desta pesquisa.

RESUMO

GESTÃO ESCOLAR E RESULTADOS DO IDEB: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-RS

AUTORA: Keli Buligon

Orientadora: Maria Elizabete Londero Mousquer

A presente monografia tem como tema central os resultados do Ideb e a qualidade de ensino de uma escola municipal de Sobradinho/RS. A escola ocupa um espaço significativo na rotina diária de crianças e jovens, onde além da arte de ensinar ela passa a transmitir valores que são fundamentais para a vida em sociedade e passa por avaliações externas que expressam resultados que apontam a qualidade de ensino como um ponto positivo ou aponta necessidades de melhorias. Desse modo tem-se como objetivo geral Investigar que fatores influenciam no resultado do Ideb e quais ações o gestor educacional poderia desenvolver para melhorar o Ideb e conseqüentemente a qualidade de ensino. Inicialmente investigou-se como fundamentação teórica a influência da globalização na escola, concepções de gestor escolar e trabalho pedagógico, insucesso escolar e suas implicações, conceito e sistematização do Ideb, Proposta Político Pedagógica da Escola e Marcos Referencial, Doutrinal e Operativo da escola pesquisada. Após realizou-se a pesquisa utilizando como Metodologia o Estudo de Caso com entrevistas através de questionários para dois (02) professores, um (01) gestor e um (01) pai ou responsável de aluno. Em seguida, foram analisadas as respostas obtidas, fazendo um paralelo com o referencial teórico, através da análise do conteúdo. Os resultados apontados demonstraram que para haver melhoria na qualidade de ensino e nos resultados do Ideb, a escola deverá desenvolver ações para aumentar a participação da família no processo de escolarização dos alunos contribuindo assim na construção de parcerias que favoreçam o sucesso escolar e social das crianças atendidas pela instituição de ensino.

Palavras-chave: Ideb; Gestão Escolar; Qualidade de ensino;

ABSTRACT

SCHOOL MANAGEMENT AND IDEB RESULTS: A CASE STUDY IN A MUNICIPAL SCHOOL IN SOBRADINHO-RS

Author: Keli Buligon

Advisor: Maria Elizabete Londero Mousquer

This monograph brings as main subject the Ideb results and the teaching quality in a municipal school in Sobradinho/RS. School is a significant fraction in a daily routine of children and teenagers, over the teaching art, It transmits fundamental values to their society lives and is submitted to external evaluations that brings results that show the teaching quality as a positive aspect or show that it should be better. Therefore, the general objective is investigate what are the factors that influence in Ideb results and what kind of actions could the school manager do to get better the Ideb results and, consequently, the teaching quality. First off all, as theoretical foundation, was investigated the influence of globalization at school, school management conceptions and pedagogical work, failure at school and its implications, Ideb concept and systematization, Political and Pedagogical Proposal of the school, and Referential, Doctrinal and Operative marks of the investigated school. Then, the research was made using as methodology the case study with interviews trough the questionnaires for two (02) teachers, one (01) school manager and one (01) student relative or responsible. After this, the answers were analyzed, making a comparison with the referential mark, trough the analysis of the contents. The results show that to get better about the teaching quality and Ideb results, the school should develop to get bigger the families participation in the schooling process of the students, helping with the construction of partnerships in favour of the success of the children at school and at society.

Keywords: Ideb; Scholar Management; Teaching Quality;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
EJA	Educação de jovens e adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PISA	Programme for International Student Assessment
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUFV	Programa A União Faz a Vida
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SMECD	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Carta de apresentação.....	43
Apêndice B – Termo de consentimento e livre esclarecimento.....	44
Apêndice C – Termo de confidencialidade.....	46
Apêndice D – Questionário de pesquisa.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO PEDAGÓGICO.....	11
1.1 Globalização X Escola.....	11
1.2 Administração X Gestão Democrática	12
1.3 Concepção de Gestor Escolar na função de Diretor e Supervisor Escolar	15
2 INSUCESSO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES	18
2.1 Insucesso Escolar X Processo Ensino-aprendizagem.....	18
3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB	
.....	20
3.1 Conceito de Ideb.....	20
3.2 Finalidades do Ideb.....	20
3.3 Conceito das Metas do Ideb	21
3.4 Como o Ideb é calculado	22
3.5 Cálculo das metas do Ideb.....	22
3.6 Prova Brasil e Saeb.....	23
3.7 Censo Escolar e suas implicações.....	24
4 PRESSUPOSTOS DA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DA ESCOLA PESQUISADA	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
5.1 Visão dos entrevistados:	28
5.2 Refletindo acerca dos escritos da gestora e das professoras pesquisadas	29
5.3 Visão do responsável pelo educando	36
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICES	43

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias e aumento da desigualdade social torna o papel do gestor educacional desafiador, pois, os problemas enfrentados pela comunidade escolar refletem nos resultados das avaliações externas das escolas.

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Muitos fatores são avaliados nos resultados do Ideb, que fogem do controle do trabalho pedagógico e administrativo da escola como as dificuldades no âmbito social que a clientela da escola apresenta.

Uma escola de rede municipal de ensino de Sobradinho/RS vem apresentando dificuldades em aumentar o seu Ideb. Segundo os resultados obtidos pelo site do Ideb, a escola obteve um baixo rendimento em relação aos dados anteriores. No ano de 2011 a escola apresentava um Ideb de 4.4, onde além de não conseguir manter, no ano de 2013 baixou para 3.6. A escola não conseguiu subir o seu resultado e muito menos atingir as metas estabelecidas pelo programa que seriam de 4.1 em 2009 e 4.6 em 2013.

Perante os problemas sociais e dificuldades encontradas no espaço escolar, com o progresso das tecnologias e com alunos vindos de famílias desestruturadas, a pesquisa investigou os fatores que influenciam no resultado do Ideb e aponta quais ações o gestor educacional poderia desenvolver para melhorar o Ideb e consequentemente a qualidade de ensino. Também procurou identificar o papel do Gestor educacional, a Proposta Político Pedagógica da escola pesquisada e suas implicações na qualidade de ensino, também investigou o conceito de Ideb e sua importância na avaliação da aprendizagem.

Como metodologia foi realizado o Estudo de Caso possibilitando compreender uma situação específica da determinada escola com aplicação de questionários para dois (02) professores, um (01) gestor e um (01) pai ou responsável de aluno. Em seguida, foram analisadas as respostas obtidas, fazendo um paralelo com o referencial teórico, usando a análise do conteúdo.

Como referencial teórico o primeiro capítulo descreve sobre Conceitos de Administração Escolar e o Trabalho Pedagógico, o segundo capítulo apresenta reflexões acerca do Insucesso Escolar e suas Implicações, o terceiro capítulo consta o referencial sobre o Ideb e sua sistematização finalizando com o quarto capítulo onde fala a respeito dos Pressupostos da Proposta Político Pedagógica da escola pesquisada e seus Marcos Referencial, Doutrinal e Operativo.

As avaliações externas nem sempre em seus resultados demonstram a realidade das escolas avaliadas, mas são um ponto chave para que através dos resultados a escola possa se auto analisar e traçar metas para melhorias.

O Ideb auxilia na avaliação da aprendizagem, pois, o mesmo amplia as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade do SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a precisão de melhoria do sistema.

Se os resultados de uma escola não apresentam melhorias é plausível que se busque soluções para que o trabalho pedagógico não se “acomode” em meras desculpas e que esta instituição de ensino deixe de ser apenas “mais uma escola” e passe a ser um ponto referencial de mudanças em sua comunidade.

1 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO PEDAGÓGICO

1.1 Globalização X Escola

Ao longo da vida passamos a conviver com diferentes fontes de saberes e uma rápida mudança de tecnologia e inovações que acabam influenciando no trabalho escolar.

Segundo Martins (2012), O ser humano adquire diferentes maneiras e hábitos como o modo de ser, agir, pensar e sentir. Com essas diferenças ocorrem mudanças que se dão através do processo de globalização; que é uma nova concepção de sociedade na qual estamos completamente envolvidos sendo que esse envolvimento se dá desde o nascimento e passa por diversas experiências cotidianas no meio familiar, social e escolar, até mesmo quando morremos, pois estamos em constante transformação.

A globalização consiste na definição de novas identidades pessoais, profissionais, nacionais e supranacionais, impondo a uma outra escala novas regras e novos procedimentos para a resolução dos problemas colocados no âmbito da sociedade do conhecimento e do capitalismo informacional (CASTELLS, 2000b).

Estando conectada numa rede, para CASTELLS (2000), a globalização contribui para a definição de macropolíticas Ball (1997), na base das quais se encontram racionalidades técnicas e modelos de comportamento que levam à recontextualização de políticas educacionais.

Martins (2012) afirma que com a globalização podemos perceber grandes desafios para a escola, pois esta vem ocupando um espaço significativo na rotina diária de crianças e jovens, pois além da arte de ensinar, ela passa a transmitir valores que são fundamentais para a vida em sociedade. Hoje em dia a escola constitui um espaço de aprendizagem completa, ou seja, um tipo de aprendizagem onde se estudam desde os conteúdos curriculares até a formação de cidadãos.

Para Martins (2012), é preciso que o trabalho do profissional da educação se constitua num compromisso político, pedagógico e coletivo para poder cumprir melhor a tarefa de formar cidadãos. Dentro desta expressão percebe-se que há uma

hierarquia dentro do contexto escolar. Busca-se o trabalho do educador e para que esse trabalho possa ter sentido precisa-se do trabalho dos demais membros do ambiente escolar, nos quais entra o aluno, o professor, o supervisor, o diretor e demais membros da escola.

Gadotti (2006) vê a escola como organismo vivo e acredita que não pode haver rigidez e inflexibilidade, pois isto impede qualquer inovação pedagógica.

A escola é uma organização onde, é essencial que haja cooperação, a habilidade de comunicação e a existência e aceitação de objetivos e propósitos comuns pelos seus integrantes.

Hoje a educação não é mais um privilégio de poucos; para tal, a escola precisa constantemente revisar o seu modo de pensar e de agir, para poder conciliá-los a esta sociedade.

Uma grande escola exigirá docentes competentes, abertos para o mundo e para o saber, sempre de novo redefinidos. Docentes e estudantes conscientemente comprometidos (...). Uma grande escola exigirá tempo. Tempo de encontro, de encanto, de canto, de poesia, de arte, de cultura, de lazer, de discussão, de gratuidade, de ética e de estética, de bem-estar, e de bem-querer e de beleza. Porque escola grande se faz com grandes cabeças, mas também com grandes corações, com muitos braços. Que se estendem em abraços que animam caminhadas para grandes horizontes. (REDIN, 1999, p. 07).

Aprendizagem é processo, envolve o emocional, o afetivo, o cognitivo, o cultural e o social.

1.2 Administração X Gestão Democrática

No processo de abertura política, com a Constituição de 1988 a administração escolar passou a ter uma nova dimensão, ou seja, a gestão democrática. Neste sentido, passamos a democratizar a educação nos aspectos administrativos, financeiros, e pedagógicos.

Apesar de a Administração ser considerada uma prática milenar, a industrialização e o desenvolvimento das organizações motivaram o

desenvolvimento de modelos teóricos para melhor desenvolver a administração geral incluindo a Administração escolar.

Segundo Drabach e Mousquer (2009) com a reabertura político-democrática no Brasil, é assegurado na Constituição Federal de 1988 e, em 1996, na LDBEN nº 9.394, a Gestão Democrática do Ensino Público. Esta normativa, reconhecida como conquista das forças civil-democráticas, visa introduzir um novo tipo de organização escolar, calcado nos princípios da democracia, autonomia e construção coletiva, em oposição ao caráter centralizador e burocrático que vinha conduzindo este campo. No entanto, diferentes sentidos e significados vêm ocupando os espaços de gestão democrática, os quais muitas vezes não refletem os ideais que impulsionaram a sociedade civil a reivindicar este princípio para o campo educacional, o que enseja uma análise crítica em torno de sua construção enquanto princípio educacional.

Na década de 1980 através de processos de redemocratização após muitas lutas, é aprovado o princípio de Gestão Democrática da escola pública na Constituição Federal de 1988.

O ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos que o procuram, mas, também, oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino democrático é aquele que, sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento. Tem, isto sim, currículo, condições de ingresso, promoção e certificação, bem como métodos e materiais discutidos amplamente com a sociedade, de modo que os interesses da maioria, em termos pedagógicos, sejam efetivamente respeitados. O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada. (CUNHA, 1987, p. 06).

Para DRABACH e MOUSQUER (2009), apesar de a Constituição de 1988 ter inscrito o termo Gestão Democrática, que foi referendado, posteriormente, pela LDB de 1996, pode-se notar nos escritos atuais sobre gestão escolar que o vocábulo administração continua sendo usado, porém, na maioria das vezes, com sentido diferenciado daquele historicamente utilizado, passando a agregar a dimensão político-pedagógica. Neste sentido, em pesquisa sobre o Estado da Arte deste campo, Gracindo e Kenski constatam que:

Os termos gestão e administração [da educação] são utilizados na literatura educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos. Algumas vezes, gestão é apresentada como um processo dentro da *ação administrativa*; em outras, seu uso denota a intenção de *politizar* essa prática. Apresenta-se também como sinônimo de gerência, numa conotação neotecnista, e, em discursos mais politizados, gestão aparece como a *nova alternativa* para o processo político administrativo da educação. (GRACINDO; KENSKI, 2001, p. 113).

Para MENDONÇA (2000), a gestão democrática está relacionada a uma determinada abordagem da administração da educação resultante do enfoque adquirido nas últimas décadas, em “contraponto à ênfase organizacional e tecnicista, bem como ao reducionismo normativista da busca da eficiência pela racionalização de processos” (p. 66). Na visão deste autor, a gestão pode ser entendida no seu sentido amplo como um “conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até suas perspectivas de implementações e procedimentos avaliativos” (p. 69). Neste sentido, pode-se apreender que o autor entende a gestão como uma forma de administração e que, portanto, esta última é a mais ampla.

Diante da complexificação da sociedade, e conseqüentemente, de suas instituições sociais, não se torna mais possível defender uma orientação pautada no “antigo enfoque da administração científica, pelo qual se considera que, tanto a organização como as pessoas que nela atuam, são componentes de uma máquina controlada de fora para dentro e de cima para baixo” (LÜCK, 2007, p. 50). O conceito de gestão supera o de administração, pois se “assenta na mobilização do elemento humano, coletivamente organizado, como condição básica e fundamental da qualidade do ensino e da transformação da própria identidade das escolas” (p. 27). A partir desta ótica não de substituição, mas de superação, a administração passa a ser um dos elementos da gestão: a gestão administrativa, que corresponde à administração de recursos, do tempo, etc. (LÜCK, 2007). A gestão, desta forma, envolve um sentido e prática mais abrangente, envolvendo os elementos culturais, políticos e pedagógicos do processo educativo, sendo sua lógica “orientada pelos princípios democráticos” (LÜCK, 2007, p. 36).

Assim, toda tentativa de apolitar a administração da educação pode ser na verdade “uma despolitização dos educadores e administradores a serviço de

interesses políticos específicos” (ARROYO, 1979, p. 43). Contrapondo-se a esta apolíticação e centralização da administração escolar, Arroyo aponta a urgência em desenvolver práticas administrativas que envolvam a participação da comunidade escolar, com vistas a redefinir os fins da educação. No entanto, permeado por este clima de contestação, o autor compartilha do espírito da produção acadêmica daquele contexto, em que predominam os trabalhos críticos, porém, faltam-lhe ainda subsídios para uma proposição mais concreta. O próprio Arroyo se expressa da seguinte maneira:

O problema, pois, é como encontrar mecanismos que gerem um processo de democratização das estruturas educacionais através da participação popular na definição de estratégias, na organização escolar, na alocação de recursos e, sobretudo, na redefinição de seus conteúdos e fins. Fazer com que a administração da educação recupere seu sentido social (ARROYO, 1979, p. 46).

Atingir o grande patamar de Gestão Democrática na educação é muito difícil. Existem influências políticas que muitas vezes atrapalham a concretização de uma democracia justa e igual para todos.

1.3 Concepção de Gestor Escolar na função de Diretor e Supervisor Escolar

O gestor educacional, na função de Diretor de escola, a partir da gestão democrática assegurada nos Princípios Constitucionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96, deve gerenciar com responsabilidade, motivação, preocupação com a formação continuada de sua equipe, deve interagir com a comunidade escolar, atualizando-se e, compartilhando conhecimentos.

Como agente do processo educacional, precisa perceber o ambiente educacional e seus componentes, como uma organização que tem uma missão, um objetivo a ser alcançado e, recursos a serem administrados.

Torna-se de fundamental importância refletir sobre as ações do gestor educacional na hora de liderar, planejar, com a participação dos envolvidos no cenário escolar, organizar, dirigir e controlar todo o processo administrativo e social,

utilizando-se de concepções e ferramentas necessárias visando o alcance dos objetivos e metas para melhoria da qualidade educacional da escola.

A avaliação escolar externa é um tipo de investigação propícia ao gestor escolar quanto à revisão de seus procedimentos. Cabe ao gestor reorientar o professor a seguir caminho da aprendizagem que propiciem um melhor resultado externo. Este resultado passa a se tornar como sinal para uma reflexão e autocrítica para o professor perceber o que se pode melhorar dentro de sala de aula

Em relação a todos os profissionais das instituições de ensino o supervisor é quem estabelece o posicionamento de fazer, agir, movimentar e envolver-se interagindo na comunidade dos relacionamentos na escola, em sala de aula nas quais os alunos estão inseridos.

Para Medina (1997), o trabalho do supervisor, centrado na ação do professor não pode ser confundido como assessoria ou consultoria, por ser um trabalho que requer envolvimento e comprometimento.

O supervisor escolar tem como objeto de trabalho o aprender do aluno – e preocupa-se de modo especial com a qualidade dessa aprendizagem. Portanto, o objeto de trabalho do supervisor é a aprendizagem do aluno através do professor, onde ambos trabalham como numa equipe um dependendo do outro. Considera-se o papel fundamental do supervisor: ser o grande harmonizador do ambiente da escola.

Para Alves (1994), o supervisor deve ser o profissional encarregado do controle de qualquer ação, o supervisor escolar deve ser o encarregado de promover a interação entre teoria e prática, entre pensamento e ação.

Supervisão é um processo de efetuar o aprimoramento do ensino através do trabalho com pessoas que estão lidando com alunos (...) é um processo de estimulação do crescimento e uma maneira de ajudar os professores a se ajudarem a si mesmos (PRZYBYLSKY, 2006, p. 14).

Isto significa que a supervisão escolar tem um trabalho e uma ação direta com o professor, com aquele profissional que está diariamente na frente de alunos das mais variadas classes sociais e das mais variadas faixas etárias.

O professor tem à sua frente um universo imenso e rico de saberes que precisa ser descoberto e explorado.

A supervisão é definida como processo, num trabalho de assessoramento às pessoas diretamente ligadas ao aluno, ao ensino, à aprendizagem, ou seja, algo em constante movimento, com ações permanentes, continuadas e interligadas. Este movimento constante da supervisão visa ao aprimoramento do pedagógico e, para tal, é preciso um trabalho voltado para a motivação, o estímulo, a criatividade, com objetivos claros, cuja finalidade maior é que aconteça, da melhor maneira possível, a aprendizagem do aluno.

A supervisão pode atuar não só em escola, como também, em nível de sistema, com uma ação mais macro. Porém, isso não muda o seu objetivo que é de qualificar a ação pedagógica.

Segundo Buss (2008) a atividade de coordenação do trabalho pedagógico não se reduz somente a coordenadores pedagógicos ou supervisores. A coordenação tem haver com todos os sujeitos de todas as instâncias formativas da escola e, desta forma, conseqüentemente, amplia-se desde a prática em sala de aula, como em todas as dimensões da escola. Para que esta articulação aconteça, toda equipe necessita de um coordenador para liderar, para que haja avanços e novas perspectivas no âmbito escolar.

Todo líder traz consigo o que entende por liderar, conscientemente ou não. Os que estão próximos do líder observam “o que” e “como” ele conduz sua equipe. O gestor deve ter clareza do que é liderar, de como agir perante situações diversas, pois na escola não temos dias iguais. Cada dia é uma caixinha de surpresas (pois lidamos com o ser humano) e temos que estar prontos para tomada constante de decisões. (BUSS, 2008, p.134).

As ações de um líder influenciam muito em todos os setores da escola em que ele está inserido e até mesmo no comportamento dos educandos. Ao comandar sua equipe está constantemente sendo observado e conseqüentemente dando exemplo. Por isso, deve pensar muito antes de tomar qualquer decisão principalmente nas relações interpessoais e intrapessoais.

2 INSUCESSO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES

2.1 Insucesso Escolar X Processo Ensino-aprendizagem

Segundo autor VÍTOR SIL (2004), responsabilizar a escola pelo insucesso escolar dos alunos não significa uma referência à instituição em si, ao edifício onde o processo ensino-aprendizagem é melhor ou pior desenvolvido e organizado, mas essencialmente a toda uma estrutura de carácter administrativo e pedagógico que implica também a elaboração de uma análise a questões como a avaliação dos alunos, a colocação dos professores, ou a falta de equipamentos e ou infraestruturas, a inexistência de uma efetiva abertura da escola à comunidade ou ainda à análise das políticas educativas e de ensino e às realidades sociais.

É importante perceber que o insucesso escolar não é uma fatalidade e que as crianças não estão destinadas a ser boas ou más alunas, tudo dependendo do funcionamento da escola e da sua interação com o meio social e as características da própria criança. (SIL, 2004, p. 21).

Estamos assim, perante um conjunto de três realidades que deverão ser tidas em atenção no estudo do insucesso escolar: o aluno, o meio social e a instituição escolar (BENAVENTE, 1976), pelo que será na relação entre estas realidades que deveremos procurar e evidenciar os fatores de insucesso e suas causas explicativas.

Estar em situação de insucesso implica uma multiplicidade e uma enorme variedade de causas cuja localização pode centrar-se ao nível do aluno e do seu ambiente restrito, ao nível da sociedade à qual pertence e ao nível da própria escola e do sistema educativo. (DEMO, 1994, p. 21).

A escola é encarada como sendo o principal agente de transformação dos alunos, vindo a ganhar cada vez mais importância na ascensão social dos jovens dos estratos sociais mais modestos.

Uma escola é eficaz na medida em que concretiza o que à partida se propôs realizar, o que pressupõe uma análise exaustiva da diversidade dos objetivos que se atribuem à escola, de entre os quais se destaca o sucesso escolar dos alunos.

Para SIL, (2004) nesta perspectiva, a real explicação para o insucesso situa-se na estrutura escolar e não nas carências naturais ou socioeconômicas do aluno. Assim, o sucesso ou insucesso podem ter origem num conjunto de fatores escolares de seleção ou de integração dos próprios alunos. O fator insucesso do aluno está ligado também às avaliações externas.

3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

3.1 Conceito de Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

3.2 Finalidades do Ideb

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb vai de zero a dez.

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação PDE para a educação básica. O PDE estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 –

média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

3.3 Conceito das Metas do Ideb

O Ideb é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino.

As metas são exatamente isso: o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico OCDE. Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental.

Foi o Inep quem estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países da OCDE. Ou seja, a referência à OCDE é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Ministério da Educação MEC, no âmbito da realidade brasileira.

Metas são diferenciadas para cada rede e escola. As metas são diferenciadas para todos, e são apresentadas bienalmente de 2007 a 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas. O Ministério da Educação prevê apoio específico para reduzir essa desigualdade.

3.4 Como o Ideb é calculado

O Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

A forma geral do Ideb é dada por:

$Ideb_{ji} = N_{ji}P_{ji}$; em que,

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

3.5 Cálculo das metas do Ideb

As metas intermediárias para o Ideb em todas as esferas foram calculadas pelo Inep no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso “Todos pela Educação”, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional.

A definição de um Ideb nacional igual a 6,0 teve como referência a qualidade dos sistemas em países da OCDE. Essa comparação internacional só foi possível graças a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências

observadas no Programme for International Student Assessment Pisa e no Sistema de Avaliação da Educação Básica Saeb.

A meta nacional norteia todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais do Ideb para o Brasil, unidades da Federação, municípios e escolas, a partir do compartilhamento do esforço necessário em cada esfera para que o País atinja a média almejada no período definido.

3.6 Prova Brasil e Saeb

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala:

- **Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb:** abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.
- **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil"):** trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados,

sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

- **A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA** : avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. A ANA foi incorporada ao Saeb pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.

A Aneb e a Anresc/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual.

3.7 Censo Escolar e suas implicações

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos de ensino, turmas, alunos, profissionais escolares em sala de aula, movimento e rendimento escolar.

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como alimentação e transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono, transferência, falecimento) escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação.

4 PRESSUPOSTOS DA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DA ESCOLA PESQUISADA

Ao analisar a Proposta Político Pedagógica (PPP) da escola pesquisada, percebeu-se que a elaboração da Proposta Pedagógica foi feita democraticamente, com participação de todos os professores, funcionários, alunos e pais das comunidades escolares de Sobradinho em reuniões promovidas pela SMECD (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto) com apoio de assessoria Pedagógica de professores da UNISC vinculados do Programa A União Faz a Vida (PUFV) /SICREDI Centro Serra. O PPP é igual para todas as escolas, contendo em anexo um diferencial de cada escola, ou seja, na Proposta Pedagógica apresentada pela escola pesquisada consta em anexo seu Marcos Referencial, Doutrinal e Operativo formulados em reuniões com todos os membros da comunidade escolar para relatar de maneira clara a realidade da mesma.

O PPP do município de Sobradinho foi reformulado e concluído em 2014, e divulgado em reuniões Pedagógicas da escola, para professores novos. O documento está disponível na sala de professores onde estes podem fazer leitura e estudar suas fundamentações teóricas com mais aprofundamento.

Em seu Marco Referencial, a escola pesquisada atende comunidades carentes que trabalham em serviços temporários da agricultura, nas indústrias calçadistas, em biscates, como domésticas diaristas, serviços gerais. É uma região da cidade estigmatizada pelos furtos e drogas e de grande vulnerabilidade social. Muitas crianças que moram nessa comunidade frequentam o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e outras, quando não estão cuidando de seus irmãos menores em casa, ficam ociosas na rua.

A escola foi instalada em 04 de maio de 1957 na casa do Senhor Aparício Rosa, sendo uma das primeiras escolas da sede. O nome da Escola foi escolhido por uma diretoria e ficou se chamando “x” porque este era de devoção do Senhor Aparício. Atualmente a escola está completando 58 anos de criação, autorização e funcionamento.

Em seu Marco Operativo, a escola objetiva resgatar os valores humanos, éticos e sociais, com vistas à transformação da realidade pretendida em um envolvimento coletivo, baseado em troca mútua de experiência. Pretende com o Programa Mais Educação consolidar a educação integral desejada em um plano coletivo e de ampla convivência, aliado a proposta da escola. Frente aos discentes a escola pretende contribuir para o crescimento pessoal do aluno e sua socialização, resgatando o valor referencial da escola na comunidade, utilizando e preservando o patrimônio público do cidadão. Além do significado social, a escola também desenvolve seu papel de mediadora de conhecimentos, sistematizando a apropriação do saber social com o saber já construído pela humanidade.

Em seu Marco Doutrinal, a escola está em processo de recuperação de suas defasagens na aprendizagem escolar para elevar o seu IDEB, qualificar o cidadão para a vida social, bem como fortalecer seus vínculos comunitários.

No PPP, consta que o município de Sobradinho através de seus docentes, pais e comunidade escolar optaram pelas Tendências Pedagógicas Progressistas. As tendências progressistas libertadoras e libertárias têm em comum a defesa da autogestão pedagógica e o anti autoritarismo. A escola libertadora também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido.

Segundo a Proposta Político Pedagógica do Município, ela propõe a Metodologia Dialética, que se possa aprender com e na comunidade através do diálogo, da participação, da cooperação e da autonomia. Essa metodologia visa refletir sobre uma proposta de formação humana tendo a vida como valor supremo, em contraponto a um tipo de educação formal direcionada para a informação e o estabelecimento de condutas, considerando os pressupostos de educação centrados na vida como caminho para o desenvolvimento da formação, despertando nos estudantes sua capacidade crítica e afetiva em relação ao cuidado e incentivando-os à abertura para novos paradigmas, refletindo sobre a ação integrada e interdisciplinar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Visão dos entrevistados

Como esta pesquisa tem o objetivo de Investigar os fatores que influenciam no resultado do Ideb e quais ações o gestor educacional poderá desenvolver para melhorar o Ideb e conseqüentemente a qualidade de ensino, esta pesquisa apresenta abordagem qualitativa com foco em Estudo de Caso. Acerca da pesquisa qualitativa, LÜDKE E ANDRÉ (1986, p. 11), afirmam que ela “[...] tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.”. As autoras seguem dizendo que “O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.” (id. p. 12). Nesse mesmo sentido elas também explicam que essa modalidade, por seu potencial de retratar a perspectiva dos participantes, está cada vez mais sendo utilizada para estudos relativos à escola. O estudo de caso, por sua vez, é definido por Lüdke e André como aquele que:

[...] encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade. (1986, p. 23-24).

Com esse procedimento é possível compreender situações específicas como nesta pesquisa, que focaliza uma escola pública da rede municipal de ensino, levando em conta a situação geral da escola. É possível observar também, que esse método vale-se de técnicas de coleta e interpretação de dados, os quais utilizam estratégias ligadas a questões logicamente relacionadas com o tema central para evidenciar o objetivo pesquisado. Para tanto foi aplicado um questionário, com perguntas abertas, destinadas à obtenção de respostas livres. CERVO, BERVIAN E SILVA (2007, p. 53) definem questionário como “[...] a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja.”. Os autores

defendem também que “devem ser propostas perguntas que conduzam facilmente às respostas de forma a não insinuarem outras colocações.” (id. 53)

Isso também está de acordo com SEVERINO (2007) que explica que o questionário é

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.(SEVERINO, 2007, p.125).

Os questionários foram encaminhados à gestora da escola que está na função de diretora há dois anos e meio. Possui graduação Licenciatura em Biologia e Geografia e Pós Graduação em Gestão Educacional que identificarei como “A”. Duas professoras que identificarei como professora “B” e professora “C”. A professora “B” está concluindo sua graduação em Educação de Campo, exerce suas funções há mais de quinze anos na escola e sempre teve suas turmas analisadas por avaliações externas. A professora “C” possui graduação Licenciatura em Matemática e pós Graduação em Gestão Educacional. Trabalha na escola há menos de dez anos, porém, também sempre teve suas turmas analisadas por avaliações externas. Também foi aplicado o questionário a uma mãe de aluno da escola que identificarei como “D”. Ela possui escolarização até a antiga segunda série do Ensino Fundamental e é moradora da comunidade escolar.

5.2 Refletindo acerca dos escritos da gestora e das professoras pesquisadas

Seguindo a ordem das perguntas do questionário que foi entregue as sujeitas dessa pesquisa. O método de análise desses dados, como já descrito anteriormente, foi análise do conteúdo. As sujeitas entrevistadas foram identificadas neste trabalho por letras: A; B e C, para facilitar a compreensão acerca dos resultados obtidos.

Iniciando a análise dos dados, começarei a partir da questão quatro (04), pois as anteriores já foram respondidas no item 5.1 desta monografia. Dando continuidade temos a questão de número quatro (04) que questiona **quais os maiores desafios e/ou dificuldades enfrentadas no cargo?** A professora “A”

respondeu: “Lidar com a diversidade do ser humano, trabalhar e entender as pessoas é o que mais causa preocupações”. A professora “B” respondeu “Os maiores desafios que encontro são como transmitir corretamente o ensino-aprendizagem para alguns educandos, pois esses alunos em muitas vezes estão desmotivados, sem muita vontade de realizar as atividades pedagógicas sugeridas”. A professora “C” respondeu “Falta de apoio da família, do reconhecimento da profissão e carência afetiva e material dos educandos”.

Nesta questão percebi a preocupação da gestora em como tratar e conviver com pessoas diferentes e na resposta das professoras, ambas foram unânimes em afirmar que a maior dificuldade é a falta de apoio da família, alunos desmotivados pela desestrutura familiar que convivem sem muita perspectiva de futuro.

Isso nos remete a PHILIPPE PERRENOUD (2000) que segundo ele, em nossos dias, se a obrigação de frequentar a escola fosse suspensa, é provável que a imensa maioria dos pais mandariam assim mesmo seus filhos. Quase todos os pais de hoje frequentaram a escola por alguns anos e nela aprenderam pelo menos alguma coisa: sem instrução, nem diploma, não há salvação! Setenta e sete por cento dos pais de alunos da escola fundamental genebrina acham que “a escola tem uma importância capital para o futuro das crianças” (MONTANDON, 1991, p. 107). DEVELAY (1998) menciona a vontade que eles têm de se informar e de se formar para ajudar melhor seus filhos. No entanto, nenhuma sociedade desenvolvida assumiu até hoje, nem mesmo considerou seriamente o risco de desenvolver as famílias a inteira responsabilidade da educação de seus filhos...

PERRENOUD afirma que a instituição escolar, em geral, não mais precisa exercer uma imposição pura: ela tem até mesmo o interesse de eufemizá-la, de se organizar para que só apareça abertamente de modo muito excepcional, de maneira a manter a ilusão de que a escolaridade apenas responde à demanda das famílias. Assim, o funcionamento atual da escola, se não for bem analisado, poderá evocar um “livre consumo”. Se a imposição subsiste, parece exercer-se sobre as crianças, como se todos os adultos envolvidos estivessem de acordo com a necessidade absoluta de ir à escola e, portanto, de chegar na hora, de ser polido e atento, de se trabalhar bem, de fazer temas, de ter suas ferramentas de trabalho, etc. Um observador apressado veria, na relação dos pais com os professores, uma figura particular de sua relação com todos aqueles que se ocupam de seus filhos: cabeleireiro, médico, dentista, nutricionista, treinador esportivo, professor de música

ou de dança, etc. ele imaginaria que os pais, não tendo competência ou tempo requerido para cuidar ou educar seus próprios filhos, delegariam facilmente essa tarefa a profissionais mais disponíveis ou qualificados. O diálogo com esses profissionais, uma vez definida a tarefa, ocorreria sobre a distribuição dos horários, sobre as disciplinas a serem respeitadas e sobre a boa vontade a ser estimulada na criança.

Na questão número cinco (05) questionei: **Quais os maiores desafios e/ou dificuldades encontrados com a comunidade escolar?** A professora “A” respondeu “A falta de participação da comunidade na escola e o empenho da família em motivar e valorizar a educação, principalmente de seus filhos”. A professora “B” respondeu “As dificuldades encontradas com a comunidade escolar é a pouca presença dos pais ou responsáveis à escola quando solicitados”. A professora “C” respondeu “São acostumados ao assistencialismo, veem o professor, muitas vezes, como mais um “empregado”, ao invés de respeitar sua profissão. A maioria das famílias negligencia a educação de seus filhos, e até mesmo o mínimo de limites que as crianças precisam ter”.

Em relação às respostas dos professores percebe-se que se preocupam muito com aprendizagem dos alunos, mas que se deparam com a barreira dos problemas sociais da comunidade em que a escola está inserida que não conseguem combater. Sentem-se desvalorizados pelos pais que pouco procuram a escola e não possuem apoio das famílias fazendo com que tenham que se desdobrar em atender não só as demandas do currículo escolar como também fatores como dificuldades de aprendizagem, carência afetiva, falta de valores, falta de motivação e visão de perspectiva de vida.

PERRENOUD diz que são os professores que, no cotidiano, encarnam o poder da escola, o caráter restritivo de seus horários, de suas disciplinas, dos “deveres” que ela atribui, das normas de excelência, da avaliação e da seleção que decorrem disso. “Os professores parecem ser os primeiros artesãos, até mesmo os responsáveis pelo que a escola faz às famílias” (PERRENOUD, 1994b).

Em primeira linha são eles que se confrontam com agressividade, com a crítica aos programas, com declarações severas ou irônicas sobre a inutilidade das reformas, com protestos diante das exigências da escola, com as comparações injustas entre estabelecimentos ou entre professores, com manobras dos notáveis ou de clãs para obter ganho de causa de maneira insensata.

Pode-se então, compreender que o diálogo com os pais não seja vivenciado com satisfação por todos os professores. Alguns o temem ou não acreditam mais nele, magoados por palavras infelizes ou por atitudes dissimuladas. Ninguém é responsável pelos pais, por todos os pais, mesmo as associações mais representativas. Ninguém pode impedir alguns, aqueles que não entram no jogo, de perverter o conjunto das relações alimentando a desconfiança recíproca. As relações intergrupos pesam sobre os indivíduos (DOISE, 1976-1979). Os professores carregam, quer queiram, quer saibam ou não disso, um poder institucional que está além deles e que hipoteca suas iniciativas pessoais. Como reflexo, os pais carregam, individualmente, o peso de seu número e dos abusos de uma minoria. Quem poderia surpreender-se com o fato de o diálogo ser conseqüentemente impossível, aqui ou ali, e muitas vezes desigual e frágil (MONTANDON E PERRENOUD, 1994).

A escola, porém, em particular quando obrigatória, deve tratar com todas as crianças e com todos os pais, em sua diversidade, inclusive sob o ângulo de suas capacidades de comunicação e de sua adesão em convencer os ao projeto de instruir seus filhos. (PERRENOUD, 1994, p. 114).

Para PERRENOUD (2000), o diálogo com os pais antes de ser um problema de competências, é uma questão de identidade, de relação com a profissão, de concepção do diálogo e de divisão de tarefas com a família. A capacidade de comunicar-se tranquilamente com os pais não pode bastar para convencer um professor a aderir ao princípio de tal diálogo. Porém, ela o protege pelo menos da tentativa de rejeitar ou desprezar esse diálogo pela única razão de que teme isso...

Informar e envolver os pais é, portanto, uma palavra de ordem e, ao mesmo tempo, uma competência. Envolver os pais na construção dos saberes não se limita a convidá-los a desempenharem seu papel no controle do trabalho escolar e a manter nas crianças uma “motivação” para levar a escola a sério e para aprender. Há pais que procuram convencer seu filho a ficar em casa, para descansar, ou para se cuidar, com tanta convicção quanto outros que persuadem o seu a não faltar à escola sob nenhum pretexto. Certos pais minimizam ou combatem os julgamentos da escola, ao passo que outros os dramatizam ou aumentam. Alguns deles não vêem interesse nos estudos, enquanto outros adoecem à simples ideia de que seu filho poderia não chegar ao ensino superior. Nem todos os pais cooperam da mesma

forma com o projeto de instruir seu filho, pensam com a mesma convicção que é “para o seu bem” e que isso justifica que ele passe tantos anos da sua vida em aula. No registros das atitudes e das estratégias educativas (Kellerhals e Montandon, 1991), os professores vêem certos pais, com razão, como aliados incondicionais, outros como céticos, até mesmo como adversários mais ou menos declarados.

Na questão número seis (06) foi apresentado como questionamento o seguinte: **Você sabe o que é Ideb e como é feito o seu diagnóstico?** A professora “A” respondeu “Sim, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, é um indicador para a qualidade da educação, na realidade, o Ideb pode ser questionado, já que os índices que são levados em conta nem sempre condizem com a realidade. São analisadas a taxa de reprovação e aprovação, evasão escolar, transferências e avaliações pelas provas Brasil, SAEB e ANA”. A professora “B” respondeu “Sei que o Ideb é o índice de desenvolvimento da educação básica e acho que é medido através do número de alunos matriculados e as médias de avaliações externas”. A professora “C” respondeu “o Ideb é o índice que mede, de forma duvidosa, o nível de aprendizagem das escolas públicas. Digo de forma duvidosa porque utiliza-se de avaliações externas moduladas em todo o Brasil, sem levar em conta a realidade de cada região. Também usa dados que fogem do controle da escola, como evasão, transferências, etc.”.

Através das respostas percebi que somente a professora “A” respondeu correta a questão. Isso justifica-se pelo fato dela ser a diretora da escola e por isso já deve ter recebido cobranças a respeito do Ideb da escola. Já nas respostas das professoras “B” e “C”, apareceram dúvidas a respeito de como o Ideb é avaliado. Isso demonstra que há falhas na gestão escolar da escola pesquisada onde deveria de forma democrática expor os problemas da escola em reuniões com toda a comunidade e tentar resolver usando opiniões de todos os envolvidos.

Conforme texto “A Dimensão Participativa da Gestão Escolar” de Heloísa Luck (2009), o trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar. Portanto, afirmar que sua gestão pressupõe a atuação participativa representa um pleonasma de reforço a essa importante dimensão da gestão escolar. Assim, o envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação,

monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa.

Esta modalidade de gestão se assenta no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais que ocorrem no contexto da organização escolar, em torno de objetivos educacionais, entendidos e assumidos por seus membros, com empenho coletivo em torno da sua realização.

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo.

Tendo em vista que a participação não se constrói sem esforço coletivo, afirma Paro (1998, p. 46) que:

A participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, de poder altamente concentrado e de exclusão da divergência nas discussões e decisões.

Na questão sete (07) foi questionado: **Que ações pedagógicas poderiam ser feitas para melhorar o Ideb da escola?** A professora “A” respondeu “Mais reuniões com as famílias, com assistência social, para que possamos melhorar o dia a dia com a família e em alguns casos motivar mais a equipe escolar”. A professora “B” respondeu “Maior engajamento dos professores, principalmente com os alunos que apresentam dificuldades no ensino-aprendizagem, e a participação dos pais ou responsáveis à escola, não só quando são solicitados, mas sempre”. A professora “C” respondeu “Maior rapidez em diagnósticos de necessidades especiais, reforço com acompanhamento, ações que façam a família incentivar seus filhos”.

Novamente percebi a unânime preocupação das três professoras em aproximar e incentivar uma maior participação da família e um maior interesse dos pais em participar da vida escolar dos filhos.

Segundo o texto de Achiles Archêro Júnior (1936), que trata especificamente do tema *Família e Educação*, os tratados de sociologia educacional brasileiro nunca deixaram de lado, de um modo ou de outro, a relação entre a escola e outras instituições sociais, em especial a família, que é a principal instituição presente na comunidade escolar, diretamente interessada nos destinos da escola, pois é nela, e cada vez mais, que se depositam as apostas no futuro das novas gerações.

É no cotidiano familiar que as crianças veem o mundo pela primeira vez, por meio dessa convivência são gerados os conceitos ou ideias acerca do mundo. É na família que se recebe os primeiros princípios, aqueles cuja influência se fará sentir durante a vida inteira. (JÚNIOR, 1936, p.57)

Conforme MELO (2011), em seu livro *As Relações entre Escola e Comunidade*, uma verdadeira democratização da escola coloca-a como instituição a ser debatida e administrada, levando-se em conta a presença efetiva da maioria dos que têm depositado nela parte de suas vidas, a comunidade escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que a relação da educação escolar deve se dar com o mundo do trabalho e com a prática social (art. 1º, § 2º.), E, já nesse sentido, podemos aprender que não se resume a educação escolar à sala de aula e, muito menos, à relação entre professores e estudantes. Para que seja vinculada a prática social, cotidiana, possibilitando aos estudantes o contato com a prática social, por meio de sua participação e do convívio com a comunidade na escola.

Segundo MELO (2011), a família tem interesse imediato e mediato na formação dos seus filhos: interesse imediato, pois é no espaço da escola que ela os entrega, sendo nesse espaço que os seus filhos se socializam de forma bastante densa, muitas vezes superando qualquer outra forma de socialização, até mesmo da própria família; interesse mediato, pois é na escola que se deposita certa esperança no futuro, por meio da formação, do diploma e do acesso que este pode proporcionar na futura vida profissional e pessoal das novas gerações.

Portanto, sabendo do papel da escola na vida da família, nada mais justo que a gestão da escola encontre meios favoráveis para a sua participação, podendo, de

forma mais consciente e ilustrada possível, compartilhar as decisões cotidianas e rumos estratégicos da escola. Não se pode confundir o papel dos pais na escola como meros arrecadadores de verbas para ocasiões especiais, como as clássicas festas juninas e as de final de ano; ou como signatários burocratizados das APMs, que obrigam a sua participação.

Todos os atores da comunidade escolar, trocam experiências, informações, divergências e convergências; relacionam-se pelos seus papéis; compartilham angústias comuns ao processo de educação; compartilham os problemas da burocratização do sistema educacional, (...); compartilham também os sucessos alcançados pelos alunos, as suas vitórias, os avanços alcançados no aprendizado, em eventos e concursos de que a escola participa, a felicidade de ver o trabalho pedagógico ter resultados na vida dos estudantes e de suas famílias. (MELO, 2011, p. 166).

5.3 Visão do responsável pelo educando

O sujeito “D” que participou da pesquisa é mãe de duas alunas da escola pesquisada. As questões um (01) e dois (02) já foram respondidas no item 5.1 desta monografia. Seguindo na questão três (03) foi questionado: **Você participa das ações da escola?** Ela respondeu “Sim, sempre quando posso”. Na questão quatro (04): **Como você avalia a participação dos demais pais ou responsáveis nas ações da escola?** Ela respondeu “Poderia ser maior, pois os que precisavam comparecer que tem filhos com problemas, que incomodam, nunca aparecem”.

Em relação às respostas da mãe “D”, percebe-se que é imprescindível que a escola trace ações para atrair a comunidade de pais ou responsáveis.

Na questão cinco (05): **Você sabe o que é Ideb e como está sistematizado?** Ela respondeu “Não sei”.

Nesta questão foi verificado que a escola deverá compartilhar mais suas angústias e problemas com as famílias dos educandos. E para que isso aconteça é preciso que a escola desenvolva seus projetos e ações seguindo os princípios de Gestão Democrática.

Conforme o inciso VI do art. 12 da LDBEN/96 traz como responsabilidade da escola “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Fica a critério de cada escola, segundo a

legislação do sistema em que está incorporada, promover formas de participação da família e da comunidade, o que novamente, dependerá do caráter da gestão da escola ou da correlação de forças da comunidade, seu grau de conscientização, etc., para que esses mecanismos ocorram de forma efetiva. A LDBEN/96, no inciso VI do art. 13, coloca, aliás, como uma das incumbências dos professores a colaboração para a articulação da escola com a comunidade.

Para que todas as ações de gestão democrática sejam concretizadas de fato na escola é preciso que o diretor da escola tenha conhecimento dos princípios de uma gestão democrática e que seja o grande motivador para que algo aconteça de forma concreta, afinal, é ele que lidera os processos administrativos que lhe são cobrados assim como lidera ou delega funções pedagógicas junto a professores, estudantes e pais.

O diretor também se coloca mediador entre comunidade e escola, podendo facilitar ou dificultar a entrada e a participação efetiva da comunidade na vida da escola e representando a escola ou delegando essa representação diante da comunidade. (MELO, 2011, p. 163).

Para MELO (2011), os desafios para a efetiva construção de uma “comunidade escolar”, no sentido aqui exposto, ou seja, da participação efetiva e consciente, são enormes, e a realidade, infelizmente, demonstra que falta muito a se caminhar nesse sentido. Não basta atentarmos apenas para o espaço da escola, pois o desafio da democratização é parte da luta por uma sociedade democrática e, afora as aparências, mesmo esse objetivo ainda precisa ser alcançado.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que apesar da Proposta Político Pedagógica da escola nos seus Marcos Doutrinal e Operativo estabelecerem estratégias para melhoria do Ideb e qualidade de ensino, ainda existem fatores que dificultam muito a realização desses objetivos. A falta de participação da família na escola pesquisada contribui muito para que se torne cada vez mais difícil alcançar os resultados desejados.

A escola deve contemplar no seu processo de aprendizagem o meio em que o educando está inserido desde sua vida comunitária, familiar, econômica, cultural e social.

Desenvolver ações para aumentar a participação da família no processo de escolarização das crianças irá contribuir na construção de parcerias que favoreçam o sucesso escolar e social das crianças atendidas pela instituição de ensino e principalmente contribuir para a construção da cidadania.

As avaliações externas nem sempre em seus resultados demonstram a realidade das escolas avaliadas, mas são um ponto chave para que através dos resultados a escola possa se auto analisar e traçar metas para melhorias.

O Ideb auxilia na avaliação da aprendizagem, pois, o mesmo amplia as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade do SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a precisão de melhoria do sistema.

Se os resultados de uma escola não apresentam melhorias é plausível que se busque soluções para que o trabalho pedagógico não se “acomode” em meras desculpas e que esta instituição de ensino deixe de ser apenas “mais uma escola” e passe a ser um ponto referencial de mudanças em sua comunidade.

A educação é uma caminhada de todo ser humano. Tudo se aprende e se constrói gradativamente de acordo com o meio, a realidade e as possibilidades oferecidas. No entanto, a escola e a família devem fazer educação de mãos dadas

para compartilharem os avanços e os fracassos que permeiam o cotidiano escolar e familiar.

A escola deve promover uma ação educativa dialógica e de forma coletiva com embasamento teórico-reflexivo, que proporciona o bem estar, a saúde, o êxito na aprendizagem e na formação da personalidade humana de cada indivíduo tornando-o seguro e consciente para enfrentar seus desafios de forma equilibrada.

A LDBEN/96, no caminho da constituição Federal de 1988, indica como um dos fundamentos da educação a Gestão Democrática. Com base nesse fundamento legal, é preciso que as escolas desenvolvam de forma autônoma ou vinculadas a um projeto maior, formas de gestão democrática e de participação da comunidade.

Aumentar o vínculo entre escola, família e comunidade em geral favorecerá a atuação mais presente de todos os envolvidos nas decisões da escola o que poderá gerar maior conscientização sobre os reais objetivos da escola em relação ao processo ensino-aprendizagem e uma maior atuação cidadã.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica**. São Paulo: Papyrus Editora, 2003.
- ARROYO, M. G. Administração da educação, poder e participação. **Educação e Sociedade**. Ano I, n. 2, jan./1979. Campinas: CEDES, 1979.
- AVALIAÇÕES. Avaliações externas das escolas: críticas e defesas. In: PORTAL TUDO SOBRE PSICOLOGIA. Disponível em <<http://www.psicologiamsn.com/2013/04/avaliacoes-externas-das-escolas-criticas-defesas.html>>. Acesso em 20 Set. 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.
- BENAVENTE, A. **A escola e a sociedade de classes – O professor Primário e o Insucesso Escolar**. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
- BUSS, Rosinete Bloemer Pickler. **Caderno de Estudos Gestão Educacional**. Indaial: ed Asselvi, 2008.
- CERVO, A.L., BERVIAN, P. A., SILVA, DA R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COLL. César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1994
- DEMO. Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- DOISE, W. **Expériences entre groupes**. Paris, Mouton, 1979.

DRABACH, N.P.; MOUSQUER, M. E. L. Dos Primeiros Escritos Sobre Administração Escolar No Brasil aos Escritos Sobre Gestão Escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 258-285, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf>>. Acesso em: 28 de out. 2015.

EDUCACIONAL. O papel do gestor. In: PORTAL DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/19026/o-papel-do-gestor-escolar>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

ESCOLAR. O papel do supervisor. In: PORTAL DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/19026/o-papel-do-supervisor-escolar>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

FAMÍLIA. A importância da família nas atividades desenvolvidas na escola. In: PORTAL SUPER TEXTOS. Disponível em <<http://www.supertextos.com>>. Acesso em 20 Set. 2015.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: **Introdução à Pedagogia do conflito**. São Paulo, Cortez, 1980.

GRACINDO, R. V.; KENSKI, V. M. Gestão de Sistemas Educacionais: a produção de pesquisas no Brasil. WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (orgs.). **O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil – 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, Campinas: Autores Associados, 2001.

GIL. Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

IDEB – Apresentação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>>. Acesso em 02 mai. 2015.

JUNIOR. ARCHÊRO, A. **Lições da sociologia educacional**. São Paulo: Odeon, 1936.

KELLERHALS, J. MONTANDON, C. **Les stratégiés éducatives des familles. Milieu social, dynamique familiale et education des preadolescents.** Genebra: Delachaux et Niestlé, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional:** A dimensão participativa da Gestão escolar. Disponível em: <http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/course/view.php?id=1588>. Acesso em: 20 out. 2015.

LÜCK, H. **Gestão Educacional:** uma questão paradigmática. 3ª Ed. São Paulo: Vozes, 2007. (Série Cadernos de Gestão, v. I)

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, L. R. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. **Ensaio: avaliação, políticas públicas e Educação,** Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 507-526, out./dez., 2006.

MARTINS, F. J. **Gestão democrática e ocupação da escola.** Porto Alegre: EST, 2004.

MELO, Alessandro de. **Relações entre escola e comunidade.** Curitiba: Ibpex, 2011.

MENDONÇA, E. F. **A regra e o jogo:** democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas, SP: Ed. LaPPlanE/ FE/ Unicamp, 2000.

MONTANDON, C. **La education du point de vue des enfants,** Paris: L Harmattan, 1997.

PARO, V. **Administração Escolar**: introdução crítica. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PARO, V. H. José Querino Ribeiro e o paradoxo da Administração Escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 03, p. 561-570, set./dez, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PRZYBYLSKY, Edy. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre: Sagra S.A.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIL. Vítor. **Alunos em situação de insucesso escolar**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

SOUZA. Iná Sanzi. **As relações e a supervisão da formiguinha ao sanduíche**. Tramandaí: SVB Edição e Arte, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de Apresentação



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL
CARTA DE APRESENTAÇÃO**

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica Keli Buligon à Direção desta Instituição de Ensino. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada **Gestão Escolar e Resultados do Ideb: Um estudo em uma escola da rede municipal de Sobradinho/RS.**

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição, diz respeito à coleta de informações de sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo é realizar levantamento, através de questionário, com questões previamente elaboradas, para Investigar que fatores influenciam no resultado do Ideb e quais ações o gestor educacional poderia desenvolver para melhorar o Ideb e conseqüentemente a qualidade de ensino da escola pesquisada. Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Sobradinho, novembro de 2015.

Prof^a Dr^a Maria Elizabete Londero Mousquer

Orientadora

Apêndice B – Termo de consentimento e livre esclarecimento



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: Gestão Escolar e resultados do IDEB: um estudo em uma escola de Sobradinho

Pesquisadora responsável: Keli Buligon

Orientador: Prof^a Dr^a Maria Elizabete Londero Mousquer

Instituição: UAB/ UFSM.

Telefone para contato: (51) 98750798

Prezado(a) Colaborador(a):

Você está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Investigar que fatores influenciam no resultado do Ideb e quais ações o gestor educacional poderia desenvolver para melhorar o Ideb e conseqüentemente a qualidade de ensino.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos: O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
_____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Sobradinho, 14 de setembro de 2015.

Keli Buligon
Autora da pesquisa

Apêndice C – Termo de Confidencialidade



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título da monografia: Gestão Escolar e Resultados do Ideb: Um estudo em uma escola municipal de Sobradinho/RS

Pesquisador responsável: Keli Buligon

Instituição/Departamento: Escola Municipal XXXXXXX

Telefone para contato: (51) 98750798

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de um questionário realizado na Escola Municipal _____. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora Keli Buligon. Após este período, os dados serão destruídos.

Sobradinho, 14 de setembro de 2015.

Keli Buligon

Apêndice D – Questionário de Pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário de Pesquisa

PARA O GESTOR E PROFESSORES:

1. Nome
2. Formação
3. Há quanto tempo você é professor desta escola?
4. Quais são os maiores desafios e/ou dificuldades enfrentadas no cargo?
5. Quais os maiores desafios e/ou dificuldades enfrentadas com a comunidade escolar?
6. Você sabe o que é o Ideb e como é feito o seu diagnóstico?
7. Que ações pedagógicas poderiam ser feitas para melhorar o Ideb da escola?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário de Pesquisa:

PARA MÃE DO EDUCANDO OU RESPONSÁVEL

1. Nome
2. Formação
3. Você participa das ações da escola?
4. Como você avalia a participação dos demais pais nas ações da escola?
5. Você sabe o que é o Ideb e como está sistematizado?